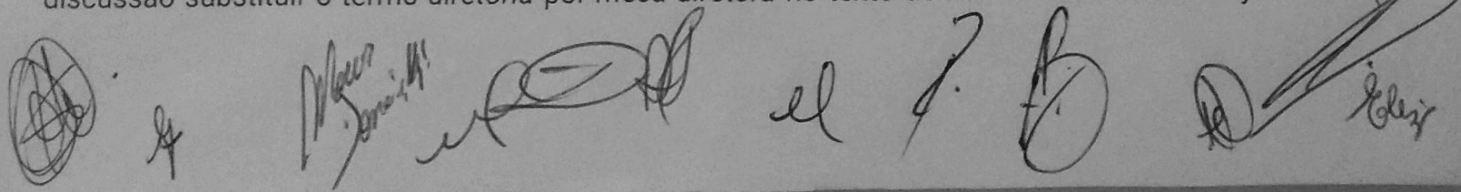


**ATA Nº 11/2020 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.** Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, às quatorze horas, reuniram-se virtualmente, através da plataforma de videoconferência Jitsi Meet, os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Priscila Pimentel Costa (Suplente/Sec. Saúde); Kaita Helen Testoni (Titular/Sec. Saúde); Rosalie Knoll (Titular/Sec. Saúde); Douglas S. Fontan Ayres Aguirre (Suplente/Sec. Saúde); Otavio José Zini Vieira (Titular/Associação Amigos e Tribos); Wilson Reginatto Junior (Titular/Amor Pra Down); Suzany de Fátima Henschost Olibone (Titular/COOPERMAR); Thomas Herman S. Maciel (Suplente/COOPERMAR) Alan Freitas Bravo (Titular/Biblioteca Bem Viver); Marcos Domainski (Titular/Comun. Terap. Viver Livre); Samara Justen (Suplente/ICED); Paula Fernandes Zampieri Weiss (Titular/NUCRESS); Henrique Manoel Alves (Titular/OAB); Claudemir Gonçalves (Titular/ABEP); Eliz Marine Wiggers (Suplente/ABEP); Alceu Gaulke (Suplente/CONTER); Natalie Steil (Titular/CRBM-5); **Outros participantes:** Francielly Vianna (Casa dos Conselhos). **Pauta única:** Aprovação do Regimento Interno. O presidente interino Henrique inicia a reunião com vinte e três minutos de tolerância. Otavio, presidente da Comissão Temporária do Regimento Interno inicia com apresentação dos destaques realizados. Em discussão o **Art. 23** *O conselheiro titular representante do governo ou da sociedade civil que renunciar ou não comparecer injustificadamente a 03 (três) reuniões consecutivas ou intercaladas no período correspondente a um ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior ou justificada por e-mail, estas justificativas aprovadas em plenária, será excluído do conselho e substituído pelo seu respectivo suplente, cabendo ao órgão ou entidade a nomeação de novo suplente.*, a comissão sugere a **inclusão do termo em negrito** e supressão do texto sublinhado. Primeiramente delibera-se sobre manter o texto original ou fazer alterações. Os conselheiros Rosalie, Henrique, Douglas, Alan, Otavio, Paula, Kaita, Claudemir, Samara, Marcos, Natali e Suzany votam pela alteração; Alceu vota para manutenção do texto original, sem alterações. Em deliberação, os conselheiros votam unanimemente pela inclusão do termo **injustificadamente**. Em deliberação, os conselheiros votam unanimemente a favor da supressão de salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior ou justificada por e-mail, estas justificativas aprovadas em plenária. Em discussão o **Art. 23 no § 3º** no texto da alínea "a" *No caso dos trabalhadores da área da saúde a comunicação por meio de ofício ou e-mail, colocado em deliberação é aprovada a inclusão da alínea "a"; a alínea b" No caso das Sociedade Civil, a Comunicação se dará mediante edital em jornal de grande circulação e Diário Oficial* **anúncio nas mídias sociais do COMUS e página da Prefeitura**, colocado em deliberação, é aprovada por unanimidade a supressão do texto sublinhado e incluído o texto em negrito, alínea "b" *No caso das Sociedade Civil, a Comunicação se dará mediante anúncio nas mídias sociais do COMUS e página da Prefeitura*. Em discussão o inciso II do **Art. 27**, é colocado em deliberação substituir o texto *leitura da justificativa de falta e decisão quanto a sua validade* por: *Apresentação das decisões da comissão especial de avaliação de faltas* e, colocado em deliberação é aprovado unanimemente pela substituição. Em discussão o inciso VI do **Art. 27**, sobre a inclusão do § 2º *Todo material informativo recebido, bem como os ofícios respostas recebidas será encaminhado aos conselheiros titulares e suplentes por e-mail* e, colocado em deliberação, Alceu vota pela supressão, os demais conselheiros votam pela inclusão. Em discussão incluir o termo *mesa diretora* no texto do **Art. 30** *A pauta da reunião, elaborada pela mesa diretora, em conjunto com a Secretaria-Executiva, será comunicada previamente a todos os conselheiros titulares e suplentes, com antecedência mínima de 2 (dois) dias para as reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias*, colocado em deliberação, é aprovado unanimemente. Em discussão substituir o termo *diretoria* por *mesa diretora* no texto do **Art. 31** *As matérias sujeitas à*



deliberação do Conselho Municipal de Saúde - COMUS deverão ser encaminhadas à **mesa diretora**, por intermédio do conselheiro interessado, por e-mail ou ofício, no prazo mínimo de 06 (seis) dias anteriores à reunião, sob pena de não compor a pauta, colocado em deliberação é aprovado. Em discussão o inciso I do **Art. 32**, sobre incluir o texto em negrito: **O Presidente concederá a palavra ao conselheiro, que apresentará a matéria em prazo máximo de 15min**, colocado em deliberação, é aprovado unanimemente pela inclusão. Em discussão o § 2º do **Art. 33**, sobre envio de justificativa de ausência que antes constava para ser enviada ao conselho, colocado em deliberação é aprovada unanimemente a alteração para ser enviada à **Comissão Especial de Avaliação de Faltas**. Em discussão sobre incluir o § 1º do **Art. 34** A **recontagem de votos poderá ser solicitada por qualquer conselheiro titular ou na titularidade.**, colocado em deliberação, é aprovado unanimemente. Em discussão para incluir o § 1º do **Art. 40** A **solicitação de reexame suspende o prazo de publicação**, colocado em deliberação, é aprovado de forma unânime pela inclusão. Em discussão sobre incluir o § 2º do **Art. 41** O **prazo de reexame não pode exceder 15 dias corridos.**, colocado em deliberação, é aprovado unanimemente. Em discussão o § 3º do inciso V do **Art. 42**, sobre incluir o trecho em negrito: **A ata bem como os arquivos de documentos do Conselho Municipal de Saúde - COMUS deverão permanecer no espaço da Casa dos Conselhos, sendo de acesso público, contudo não retirados sem prévia autorização do presidente, mesa diretora ou maioria dos conselheiros, com a devida fundamentação quando da negativa**, é colocado em deliberação e é aprovado unanimemente. Em discussão incluir o § 2º do **Art. 43** Decorrido o prazo mencionado no parágrafo anterior e não sendo homologada a resolução, **nem enviada pelo Prefeito ao Conselho justificativa com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público.**, colocado em deliberação, Alan Otavio, Eliz, Wilson, Samara, Alceu, Marcos, Douglas, Henrique, Natali e Suzany votam pela inclusão; Rosalie, Kaita e Priscila votam contra a inclusão, sendo aprovado por maioria de votos. Em discussão incluir a palavra em negrito no **Art. 52** Parágrafo Único. A **Secretaria-Executiva será constituída de servidor público municipal efetivo** que possua as competências conforme descritas no inciso III do **Art. 44**, podendo a decisão da plenária do conselho ser sugerida lista tríplice de servidores, da qual, obrigatoriamente virá a indicação do Gestor Público, colocado em deliberação é aprovado por unanimidade. Em discussão a supressão da palavra em negrito no texto do inciso V do **Art. 62** Acompanhar e fiscalizar a capacitação continuada dos servidores **efetivos** e contratados pelo município na área da saúde, colocado em deliberação é aprovado unanimemente pela supressão. Em discussão o texto do inciso VII do **Art. 64** Deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS, colocado em deliberação, Douglas, Kaita, Rosalie, Marcos, Henrique, Alan, Otavio, Paula, Eliz e Suzany votam pela supressão do texto e Samara vota pela manutenção do texto. Em discussão a inclusão do termo em negrito no inciso V do **Art. 65** Estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições **de ensino** públicas e privadas para a promoção da Saúde, colocado em deliberação é aprovado unanimemente a inclusão do termo. Em discussão a inclusão do texto do inciso VII do **Art. 67** Apreciar a cada quatro meses a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei no 8.689/93 nos termos do art. 36, § 1º da Lei Complementar nº 141, de



4



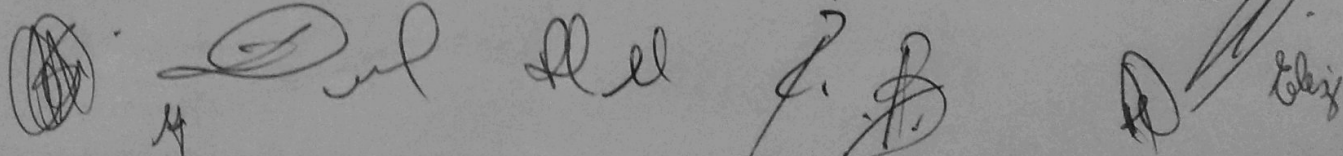





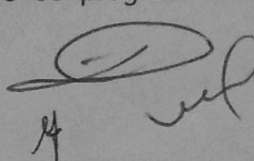
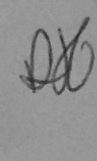
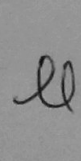
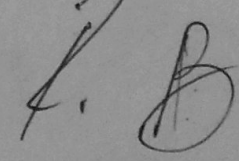

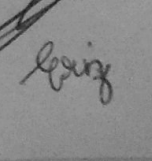




13 de janeiro de 2012 e art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 em conformidade com a resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e diretrizes do CONASEMS, colocado em deliberação é aprovado unanimemente a inclusão do texto. É assim aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde - COMUS/BC, que passa ter a seguinte redação: **Capítulo I Das Disposições Preliminares** CONSIDERANDO: O disposto no artigo 204, II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/88 que garante a "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis". O modelo de democracia participativa e da diretriz de participação da comunidade nas ações e serviços públicos do SUS, previstas respectivamente no artigo 1º, Parágrafo Único, e artigo 198, inciso III, da CRFB de 1988. O disposto no artigo 37, § 3º da CRFB que garante a participação do usuário na Administração Direta e Indireta. O disposto no artigo 29, XII da CRFB que garante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal. O disposto na Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. O disposto na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. O que disciplina a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamentam a Lei Orgânica da Saúde. O disposto na resolução 453/2012 do CNS. O disposto no artigo 1º da Lei Municipal No 1.074/1991, que Institui no Município de Balneário Camboriú o Conselho Municipal de Saúde. Que os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são canais institucionais, plurais, permanentes, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e poder público, cuja atribuição é a de propor diretrizes das políticas públicas, fiscalizá-las, controlá-las e deliberar sobre elas, sendo órgãos de gestão pública vinculados à estrutura do Poder Executivo, ao qual cabe garantir a sua permanência. Que os conselhos gestores se instauram enquanto instâncias deliberativas e de controle social, a partir da Constituição Federal de 1988, no bojo de um processo de descentralização administrativa e de ampliação da participação popular e surgem como instâncias para promover uma mudança na gestão das políticas públicas a partir de "um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, criando novas formas de contrato social, por meio da ampliação da esfera social pública". Que os conselhos são constituídos por representantes da sociedade civil e do Estado não pertencendo a nenhum desses segmentos, isto é, tanto os representantes da sociedade civil quanto do Estado, são corresponsáveis pelas decisões tomadas. **Art. 1º** O Conselho Municipal de Saúde, criado através da Lei Municipal No 1.074/1991, como órgão colegiado, de caráter deliberativo e permanente, reger-se-á pelo presente Regimento Interno. **Art. 2º** O presente manual de normas deverá estar de acordo com a Lei Municipal no 1.074/1991 e suas alterações posteriores, assim como a Lei Federal no 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde. **Art. 3º** O Conselho Municipal de Saúde é de caráter permanente e de composição paritária entre o governo executivo e a sociedade civil, vinculado à estrutura da Secretaria de Saúde do Município de Balneário Camboriú, atuando, porém, de forma independente, responsável pela coordenação e execução da política de saúde e suas resoluções aplicáveis. **Art. 4º** O Conselho funcionará em prédio e instalações fornecidas pelo Poder Público Municipal, com sede na cidade de Balneário Camboriú, onde terá seu foro jurídico, abrangendo, em suas atividades, todo o território deste Município. **Capítulo II Do Objetivo do Regimento Interno** **Art. 5º** Este Regimento Interno tem por objetivo disciplinar o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Balneário Camboriú, de acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 1.074, de 31 de julho de 1991. **Capítulo III Da Natureza E Competências** **Art. 6º** Ao Conselho Municipal de Saúde - COMUS, compete: I - Como órgão normativo, deverá expedir resoluções definindo, aprovando e disciplinando a política de saúde, zelando pelo Sistema Único de Saúde -



SUS; II - Como órgão consultivo, avaliará os relatórios e emitirá pareceres através de suas Comissões Especiais, sendo responsável pela coordenação e execução da política de saúde; III - atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros; IV - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços; V - Aprovar os critérios, os modelos e os valores para remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura de assistência, observando as normativas do CNS; VI - Acompanhar e controlar a atuação do setor privado da área da saúde, credenciado mediante contrato ou convênio nos moldes da Resolução nº 453/12 do Conselho Nacional de Saúde - CNS; VII - Como órgão controlador, fiscalizar as entidades e os programas governamentais e não governamentais, que desenvolvem atendimento ou cujas atividades se relacionam ou interferem no disposto da Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, deliberando na plenária e dando a solução cabível; VIII - Como órgão deliberativo, reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo após discussão por maioria simples de voto, todas as matérias de sua competência; IX - Como órgão regulamentador, convocará e aprovará as normas, datas, diretrizes e demais deliberações em relação à Conferência Municipal de Saúde, de forma a monitorar seus desdobramentos; X - Como órgão avaliador, apreciará as propostas orçamentárias, assim como, transferências de recursos para repasses relacionados à área de Saúde, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; XI - Como órgão fiscalizador, acompanhará os relatórios, denúncias, programas e projetos ligados ao Fundo Municipal de Saúde - FMS, bem como outras fontes públicas ou não, de forma a acompanhar e avaliar a gestão destes recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados. XII - Elaborar e modificar seu regimento interno; XIII - Convocar a Conferência Municipal de Saúde no máximo a cada 04 (quatro) anos; XIV - Estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, conforme o princípio da equidade; XV - Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde Municipal, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e os transferidos e próprios do Município, Estado e da União; XVI- Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidade, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias; XVII- Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS); XVIII- Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação; XIX- Apreciar e aprovar as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde; XX - Estabelecer diretrizes para a participação complementar do setor privado contratado ou conveniado no Sistema Único de Saúde - SUS, fiscalizando-os; XXI- Avaliar e aprovar contratos e convênios com prestadores privados de serviços de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, inclusive as Parcerias Público Privadas e as terceirizadas por Lei; XXII- Acompanhar as auditorias que venham a se mostrar necessárias ao Sistema Único de Saúde - SUS; XXIII- Fiscalizar as Fundações, Hospitais da Rede Municipal, Unidades Básicas e Especializadas de Saúde, além de todo e qualquer equipamento vinculado ao atendimento da rede pública municipal de saúde; XXIV- Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder

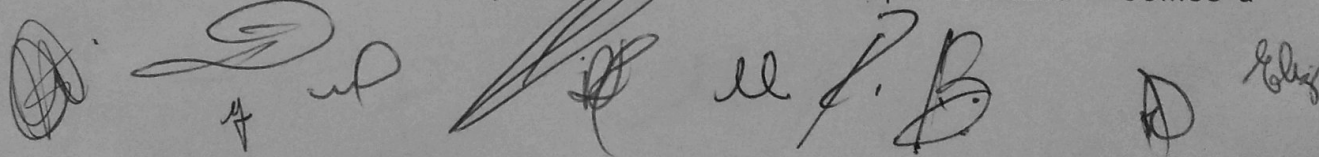
Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde.

Parágrafo Único - O Conselheiro terá credencial de identificação (crachá) para utilização na Rede de Saúde, podendo identificar-se para o desempenho das suas funções, sendo a ele franqueadas as informações necessárias para o desempenho da função.

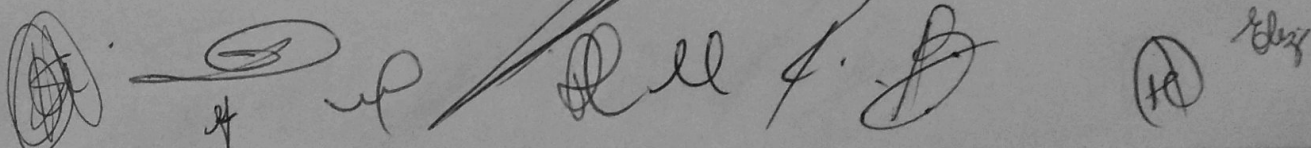
**Capítulo III Da Composição Art. 7º** O Conselho Municipal de Saúde será composto por representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários (conforme lei ordinária Municipal nº. 1.074/91 art. 3 - Caput) de entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, do governo e de entidades representativas de prestadores de serviço de saúde, sendo o seu presidente eleito entre os membros do Conselho em reunião ordinária: § 1º O Conselho Municipal de Saúde será composto por 16 (dezesseis) Conselheiros Titulares e 16 Suplentes, distribuídos da seguinte forma: I - 08 (oito) membros representativos das organizações da sociedade civil; II - 04 (quatro) membros representativos dos trabalhadores da área de saúde; III - 04 (quatro) membros do governo, indicados pelo Chefe do Poder Executivo. § 2º As Entidades membros do Conselho exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas por mais uma vez por igual período. § 3º Poderão ser criadas comissões internas constituídas por entidade-membro do Conselho Municipal de Saúde e com suporte de outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos. § 4º Para o preenchimento de membros descritos nas alíneas I e II do § 1º será realizado, bianualmente e obrigatoriamente, fórum convocado especificamente para esse fim. § 5º As inscrições de entidades para o Fórum que trata o § 4º pode ser feita a qualquer tempo até o lançamento de edital específico na Casa dos Conselhos. **Art. 8º** Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução apenas por mais uma vez por igual período. **Art. 9º** As funções, como membro do Conselho de Saúde, não serão remuneradas, considerando-se o seu exercício de relevância pública e, portanto, garante a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro. Para fins de justificativa junto aos órgãos, entidades competentes e instituições, o Conselho de Saúde emitirá declaração de participação de seus membros durante o período das reuniões, representações, capacitações e outras atividades específicas. **Art. 10** O número de órgãos ou entidades representadas no Conselho Municipal de Saúde poderá ser aumentado ou diminuído, a critério do Conselho e ouvido o Prefeito Municipal, desde que mantida a paridade, conforme terceira Diretriz, I da Resolução nº 453 do CNS e Lei Municipal 1074/1991.

**Seção I Dos Membros Representantes Dos Órgãos Governamentais Art. 11** Os membros dos órgãos governamentais de que trata o inciso III, do art. 7º deste Regimento juntamente com seus suplentes, serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal, com poder de decisão no âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, para posse deste Conselho. Parágrafo Único - Cada um dos representantes de que trata o artigo 7º deste Regimento Interno terá um membro suplente, que serão indicados pelos respectivos órgãos e com a função de substituir os titulares em caso de ausência.

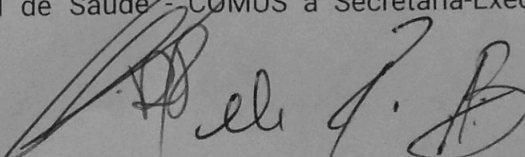
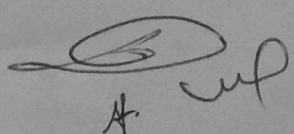
**Seção II Dos Membros Representantes Das Organizações Da Sociedade Civil E Trabalhadores Da Área De Saúde Art. 12** Os representantes da sociedade civil e representativos dos trabalhadores da área de saúde, para o respectivo biênio, serão eleitos em fórum específico, a ser realizado em até 30 dias antes do término do mandato. § 1º O fórum referido no caput deste artigo será convocado pelo Presidente do COMUS, em até quarenta e cinco dias antes do término do mandato da última gestão do Conselho Municipal de Saúde - COMUS, em edital publicado em meio de comunicação impresso e online, responsável pelas publicações oficiais do Município. § 2º Caberá à plenária do Conselho Municipal de Saúde - COMUS a



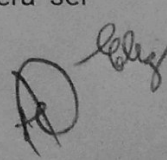
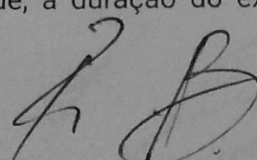
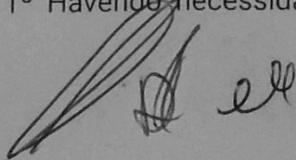
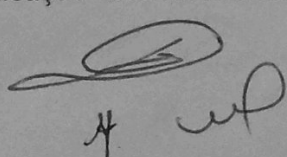
aprovação dos membros da comissão eleitoral que se dará mediante a resolução do Conselho, respeitando as representações abaixo: I - Um representante designado pela gestão da Casa dos Conselhos; II - Um representante indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; III - Um representante eleito na plenária do Conselho, podendo ser ou não conselheiro, mas de entidade não concorrente ao pleito. § 3º As entidades já participantes do Conselho Municipal de Saúde - COMUS, que ainda não tenham completado seu segundo mandato consecutivo já estão previamente inscritas a concorrer ao pleito, salvo vontade expressa em contrário da entidade. § 4º Após o exercício de dois mandatos consecutivos a entidade deverá permanecer ao menos um período de dois anos (um mandato) fora do conselho, salvo na inexistência de entidade em sua categoria que a substitua. § 5º Dentre os representantes mais votados da sociedade civil, as oito primeiras entidades representantes da sociedade civil, serão eleitas titulares, e as segundas mais votadas serão suplentes, observado disposto no inciso I, do § 1º, do Art. 7º. § 6º No caso de empate da votação na eleição dos representantes não governamentais da sociedade civil, das vagas remanescentes, caberá nova eleição, apenas com as entidades empatadas na plenária do Fórum de Entidades. § 7º Dentre os representantes mais votados dos trabalhadores da área de saúde, as quatro primeiras entidades representantes dos trabalhadores da área de saúde, serão eleitas titulares, e as segundas mais votadas serão suplentes, observado disposto no inciso II, do § 1º, do Art. 7º. § 8º No caso de empate da votação na eleição dos representantes não governamentais dos trabalhadores da área de saúde, das vagas remanescentes, caberá nova eleição apenas com as entidades empatadas na plenária do Fórum de Entidades. § 9º O resultado do Fórum de que trata o caput deste artigo deverá ser lavrado em ata, onde constará o nome das entidades eleitas, titulares e suplentes, bem como os demais concorrentes. § 10 Para pleitear assento no Conselho Municipal de Saúde a entidade terá que necessariamente estar legalmente constituída, por pelo menos um ano. Os documentos necessários são: Estatuto Social, devidamente registrado, e a última ata de eleição da diretoria, os quais deverão ser encaminhados e protocolados de forma física à Casa dos Conselhos. § 11 Nenhum membro representante da sociedade civil organizada ou dos trabalhadores da área de saúde, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão, função de confiança e/ou gratificada, vinculado a administração pública (Executivo e Legislativo) conforme Resolução 453/2012 do CNS. Seção III Do Mandato Das Entidades **Art. 13** O mandato das Entidades da Sociedade Civil e dos Trabalhadores da Área de Saúde é de 02 (dois) anos podendo ser reconduzido por igual período. **Art. 14** Os membros dos órgãos governamentais de que trata o inciso III do Art. 7º, juntamente com seus suplentes, serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal, com poder de decisão no âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, para posse deste Conselho. Parágrafo Único - Cada um dos representantes de que trata o artigo 7º deste Regimento Interno terá um membro suplente, que serão indicados pelos respectivos órgãos e com a função de substituir os titulares em caso de ausência. **Art. 15** Perderá o mandato a entidade que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou intercaladas no período de um ano, salvo se estiver representado pelo suplente, conforme disposto na Lei Municipal no 1.074/91. § 1º Quando da ausência de ambos para que a falta seja justificada é necessário a justificativa, do titular e do suplente. § 2º A entidade que perder seu assento no COMUS por motivo de falta, ficará suspensa para o fórum do biênio subsequente. Capítulo IV Da Organização E Do Funcionamento **Art. 16** O mandato do conselheiro é inviolável, inclusive pelo indicador, podendo ser substituído tão somente a seu pedido expresso ou pela entidade indicadora ao findar o seu mandato, ou por 03 (três) faltas injustificadas consecutivas ou não, conforme Art. 23. § 1º Em



caso de falta penal ou crime administrativo, com sentença transitada em julgada, a pedido do colegiado poder-se-á realizar a substituição do conselheiro, sendo a entidade responsável pela indicação dos nomes nessas situações. § 2º No caso da saída do titular, assume a titularidade o suplente, sendo desta forma o novo indicado pela entidade de assento ser suplente, salvo, expressa vontade do suplente agora titular em permanecer na suplência. § 3º Quando da ausência do titular, mesmo com a presença do suplente, deverá constar a justificativa deste, não se aplicando esta regra para ausência do suplente. **Art. 17** O Conselho Municipal de Saúde - COMUS possui a seguinte estrutura de funcionamento: I - Plenária; II - Mesa Diretora; III - Comissões; IV - Secretaria-Executiva. Parágrafo Único. A Plenária é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Saúde - COMUS. **Art. 18** A nova gestão deverá eleger por maioria absoluta dos votos da Plenária entre seus membros titulares ou na titularidade a mesa diretora, composta de: Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário e 2º Secretário para cumprirem mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução por igual período. Seção I Das Eleições **Art. 19** As eleições para a Diretoria Executiva dar-se-ão sempre através de uma Assembleia Extraordinária de única pauta, com apresentação da chapa dos quatro cargos eletivos no mínimo com 20 (vinte) dias de antecedência, aliado a edital próprio. § 1º O prazo para inscrição de chapas será de até 15 (quinze) dias após a publicação do edital. § 2º As eleições sempre ocorrerão anualmente no mês de março. § 4º A eleição será com voto aberto registrado nominalmente em ata específica para este fim. § 5º O resultado será enviado ao Prefeito Municipal para a emissão de Decreto Homologatório próprio, assim como toda modificação de membros titulares e/ou suplentes serão enviados para o devido Decreto homologatório de membros do Conselho Municipal de Saúde. § 6º A posse do Presidente, do Vice-presidente, do 1º Secretário e 2º Secretário ocorrerá na mesma sessão da eleição e o Presidente será empossado pela Plenária do Conselho Municipal de Saúde - COMUS. § 7º Fica vedado a assumir cargo na mesa diretora: representante que esteja exercendo apenas cargo comissionado ou em função gratificada na administração pública (Executivo e/ou Legislativo). § 8º Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, durante o mandato, caberá à Plenária do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto. § 9º Será observada sempre que possível na composição da mesa diretora a paridade, 50% representantes da sociedade civil, 25% representantes dos trabalhadores de saúde, 25% representante governamental, não havendo obrigatoriedade de alternância entre a representação do governo e da sociedade civil no exercício de qualquer função da mesa diretora. § 10 Os cargos da mesa diretora são personalíssimos e não de entidade, na necessidade de substituição de qualquer conselheiro que ocupe uma posição na mesa diretora, este não será necessariamente da mesma instituição, respeitando a paridade do § 9º. Seção II Da Plenária **Art. 20** O Conselho Municipal de Saúde se reunirá ordinariamente 02 (duas) vezes por mês, limitando-se ao mínimo de 01 (uma) vez ao mês. E extraordinariamente por convocação do Presidente ou mediante requerimento de dois terços de seus membros efetivos. § 1º O calendário anual de reuniões ordinárias será aprovado pelo Conselho até o mês de dezembro do exercício anterior. § 2º A realização de reunião ordinária no mês de janeiro fica facultada à deliberação do Conselho, quando da aprovação do calendário anual de reuniões ordinárias. **Art. 21** Serão convocados para comparecer às reuniões os conselheiros titulares e seus respectivos suplentes. § 1º A convocação ocorrerá por meio eletrônico (e-mail): sendo o e-mail do Conselho Municipal de Saúde e da Casa dos Conselhos. § 2º O conselheiro convocado deverá justificar a ausência nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde - COMUS à Secretaria-Executiva, por e-mail, com



antecedência de pelo menos 24 horas da data da reunião e esta, encaminhará a comissão especial de avaliação de justificativas de ausências. § 3º Por motivo de força maior, à saber: Falecimento do cônjuge, companheiro ou convivente, pais, avós, irmãos, filhos, netos e enteados (apresentando o respectivo atestado de óbito); em virtude de casamento (apresentando o respectivo documento de certidão de casamento); nascimento de um filho(a) (apresentando a respectiva certidão de nascimento); aborto (não criminoso); doação de sangue (por um dia, com o respectivo laudo médico); acompanhamento de filho(s) em exames e consultas médicas (com o devido pedido de exame); atestado médico e atestado de filho (devidamente comprovado com o atestado médico); comparecimento em juízo (devidamente comprovado com o termo de intimação); convocação de júri (devidamente comprovado com a intimação do Juízo). Quando o prazo referido no § 2º não puder ser cumprido, o conselheiro deverá encaminhar justificativa por e-mail à Secretaria-Executiva, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o término da reunião, devendo o suplente apontar o motivo em reunião sempre que possível. § 4º A inexistência de convocação de reunião ordinária não é justificativa para ausência. § 5º As justificativas notificadas em Plenária serão avaliadas pela Comissão especial de avaliação de justificativas de ausências, sendo apresentado parecer na reunião posterior, salvo nos casos previstos no § 3º. **Art. 22** A Plenária deliberará com a presença de, no mínimo, metade mais um, dos conselheiros titulares ou suplentes no exercício da titularidade, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento que requeiram quórum qualificado. **Art. 23** O conselheiro titular representante do governo ou da sociedade civil que renunciar ou não comparecer injustificadamente a 03 (três) reuniões consecutivas ou intercaladas no período correspondente a um ano, será excluído do conselho e substituído pelo seu respectivo suplente, cabendo ao órgão ou entidade a nomeação de novo suplente. § 1º A Presidência do Conselho Municipal de Saúde - COMUS comunicará, por escrito ou por e-mail, ao órgão ou entidade de representação, as ausências injustificadas de seu representante e quando for o caso, solicitará a sua substituição. § 2º No caso de substituição de entidade por falta, a Presidência do Conselho Municipal de Saúde - COMUS comunicará, por escrito ou por e-mail, a entidade de representação, encaminhando aviso para a entidade suplente que ocupará a vaga. § 3º Em caso de ausência de suplente para preenchimento de vaga de Entidades da Sociedade Civil ou dos Trabalhadores da Área de Saúde, serão chamadas as entidades já inscritas previamente para o próximo fórum e na inexistência destas será aberto prazo para inscrição de entidades as quais serão apreciadas e votadas pela plenária do Conselho Municipal de Saúde - COMUS. "a" No caso dos trabalhadores da área da saúde a comunicação por meio de ofício ou e-mail; "b" No caso das Sociedade Civil, a Comunicação se dará mediante anúncio nas mídias sociais do COMUS e página da Prefeitura. **Art. 24** Nas ausências totais da Mesa Diretora, a Presidência será exercida por um dos membros titulares presentes, escolhido pela Plenária para o exercício momentâneo da função. **Art. 25** As reuniões plenárias serão públicas, onde é facultado ao Conselho conceder ou não a palavra ao público, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, na forma da legislação pertinente. Subseção I Dos Procedimentos, **Art. 26** As reuniões do Conselho Municipal de Saúde - COMUS serão compostas por: I - Expediente; II - Ordem do dia. **Art. 27** O Expediente terá duração máxima de 30 minutos e obedecerá aos seguintes procedimentos: I - Verificação de quórum para o início das atividades da reunião; Em discussão o inciso II do art. 27, conselheiros votam unanimemente pela substituição: II - Apresentação das decisões da comissão especial de avaliação de faltas. III - aprovação da ata da reunião anterior; IV - Documentos recebidos e enviados; V - Comunicação da Presidência; VI - Comunicação dos membros. § 1º Havendo necessidade, a duração do expediente poderá ser



prorrogada por no máximo 15 minutos. § 2º Todo material informativo recebido, bem como os ofícios respostas recebidas será encaminhado aos conselheiros titulares e suplentes por e-mail.

**Art. 28** A ordem do dia terá duração máxima de 1:30h e compor-se-á dos assuntos constantes da pauta para deliberação na seguinte ordem: I - Relatos das Comissões Temáticas; II - apresentação, discussão e votação de matérias constantes em pauta; III - encerramento.

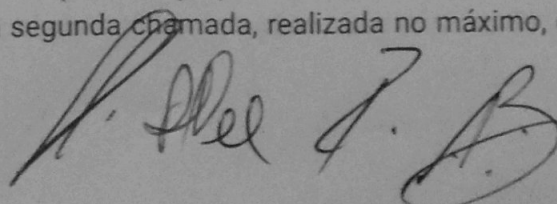
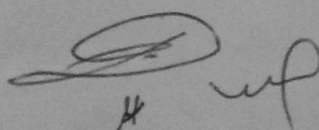
Parágrafo Único: Havendo necessidade, a duração da ordem do dia poderá ser prorrogada por no máximo 30 minutos.

**Art. 29** As reuniões do Conselho Municipal de Saúde serão públicas, podendo qualquer membro da sociedade assisti-las sem direito a voto. Parágrafo Único. Aquele que não for membro, nem suplente do COMUS, mas estiver assistindo às reuniões só poderá se manifestar no período de Comunicação dos membros ou nas discussões, após deliberação expressa do plenário para tanto, não cabendo aqui direito adquirido, porquanto a cada plenária cumpre a deliberação.

Subseção II Da Pauta **Art. 30** A pauta da reunião, elaborada pela mesa diretora, em conjunto com a Secretaria-Executiva, será comunicada previamente a todos os conselheiros titulares e suplentes, com antecedência mínima de 2 (dois) dias para as reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias.

§ 1º Em casos de urgência ou de relevância, a Plenária do Conselho Municipal de Saúde poderá alterar a pauta da reunião. § 2º Os assuntos não apreciados na reunião do Conselho, a critério da Plenária, deverão ser incluídos na ordem do dia da reunião subsequente. § 3º A matéria que entrar na pauta de reunião deverá ser apreciada e votada, quando for o caso, no máximo em duas sessões subsequentes, salvo por determinação da plenária. § 4º Por solicitação do Presidente, de Coordenador de Comissão Temática ou de qualquer conselheiro e, mediante aprovação da Plenária, poderá ser incluída na pauta do dia, matéria relevante que necessite de decisão urgente do Conselho Municipal de Saúde - COMUS.

Subseção III Das Deliberações **Art. 31** As matérias sujeitas à deliberação do Conselho Municipal de Saúde - COMUS deverão ser encaminhadas à mesa diretora por intermédio do conselheiro interessado, por e-mail ou ofício, no prazo mínimo de 06 (seis) dias anteriores à reunião, sob pena de não compor a pauta. **Art. 32** A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá a seguinte ordem: I - O Presidente concederá a palavra ao conselheiro, que apresentará a matéria em prazo máximo de 15min; II - Terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão; III - Encerrada a discussão, realizar-se-á a votação. **Art. 33** Terão direito a voto, os conselheiros titulares e os suplentes no exercício da titularidade. § 1º Os conselheiros suplentes terão direito à voz e serão chamados a votar nos casos de vacância, impedimento, suspensão ou ausência do respectivo titular. § 2º Configura-se ausência o não comparecimento do conselheiro à Plenária com prévia justificativa, por e-mail ou ofício, encaminhada à Comissão Especial de Avaliação de Faltas. § 3º Não se configura ausência o afastamento momentâneo do titular do recinto das sessões. **Art. 34** As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro, salvo se ocorrer unanimidade. § 1º A recontagem de votos poderá ser solicitada por qualquer conselheiro titular ou na titularidade. § 2º Os votos divergentes serão registrados na ata da reunião, a pedido dos conselheiros que os proferirem. **Art. 35** As decisões do Conselho Municipal de Saúde - COMUS serão aprovadas por metade mais um, dos conselheiros titulares ou no exercício das titularidades presentes, salvo os casos previstos neste Regimento que requeiram quórum qualificado. Parágrafo Único - Ao se tratar de matérias relacionadas à aprovação da Política Municipal de Saúde, alteração do Regimento Interno, eleição da Presidência ou relativas ao orçamento da Saúde e ao Fundo Municipal de Saúde; a aprovação dar-se-á com os votos favoráveis de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, em primeira chamada e de metade mais um, em segunda chamada, realizada no máximo, em quinze minutos



após a primeira chamada. **Art. 36** Todo membro do Conselho poderá pedir vista de matéria em deliberação, tendo acesso a toda documentação pertinente ao assunto, devendo emitir parecer em separado, que será anexado ao processo, onde este será objeto de deliberação na reunião subsequente, ordinária ou extraordinária; **Art. 37** Somente será objeto de deliberação, matéria constante da convocação ou acrescida à ordem do dia pelo Plenário; **Art. 38** Os assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada reunião serão registrados em ata, que será enviada aos conselheiros titulares e suplentes e aprovados em reunião subsequente, devendo nela constar os resultados das votações; **Art. 39** As Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, aprovadas em Plenária, serão publicadas no Diário Oficial do Município em até 10 (dez) dias úteis após a decisão. **Art. 40** Ao conselheiro é facultado solicitar o reexame de qualquer resolução normativa até 5 dias antes de sua publicação, justificando possível ilegalidade, incoerência, erro ou inadequação técnica. § 1º A solicitação de reexame suspende o prazo de publicação. § 2º O prazo de reexame não pode exceder 15 dias corridos. **Art. 41** Ao interessado é permissível, até a reunião subsequente, em requerimento ao Presidente, solicitar a reconsideração de deliberação exarada em reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incoerência, erro ou inadequação técnica.

Subseção IV Da Ata **Art. 42** Em todas as reuniões será lavrada ata, pela Secretaria-Executiva, com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, devendo constar pelo menos: I - Relação dos participantes, seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade (titular ou suplente) e do órgão ou entidade que representa; II - Resumo de cada informe, onde conste de forma breve o nome do conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada; III - relação dos temas abordados, com indicação do responsável pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por conselheiro; IV - As deliberações, inclusive quanto à aprovação da ata da reunião anterior, aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, com registro do número de votos contra, a favor e abstenções, incluindo votação nominal quando solicitada. V - Em caso de algum conselheiro sair antes do término da reunião deverá ser constatado no ato o horário que o mesmo se ausentou, em caso de saídas antes do horário de término previsto, sem justificativa, o mesmo constará como falta. § 1º A Secretaria-Executiva providenciará a remessa de cópia da ata, por meio eletrônico, de modo que cada Conselheiro possa recebê-las, no mínimo, 7 (sete) dias antes da reunião em que será apreciada; § 2º As emendas e correções à ata serão encaminhadas pelo conselheiro à Secretaria-Executiva até dois dias úteis anteriores à reunião, que a apreciará; § 3º A ata bem como os arquivos de documentos do Conselho Municipal de Saúde - COMUS deverão permanecer no espaço da Casa dos Conselhos, sendo de acesso público, contudo não retirados sem prévia autorização do presidente, mesa diretora ou maioria dos conselheiros, com a devida fundamentação quando da negativa. Capítulo V Das Decisões **Art. 43** As deliberações normativas do Conselho Municipal de Saúde, deverão ser homologadas pelo Chefe do Poder Executivo, não cabendo homologação às diligências. § 1º Com base na Resolução no 453/12, as resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo Chefe do Poder Executivo, em um prazo máximo de 10 (dez) dias, conforme Art. 38 deste regimento, dando-se lhes publicidade oficial. § 2º Decorrido o prazo mencionado no parágrafo anterior e não sendo homologada a resolução, nem enviada pelo Prefeito ao Conselho justificativa com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público. Capítulo VI Do Orçamento E Recursos Humanos **Art. 44** O Município de Balneário Camboriú garantirá autonomia para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de saúde, dotação orçamentária, Secretaria-executiva e

Estrutura Administrativa. I - O Conselho Municipal de Saúde define, por deliberação de seu Plenário, sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal conforme os preceitos da NOB de Recursos Humanos do SUS; II - As formas de estruturação interna do Conselho Municipal de Saúde, voltadas para a coordenação e direção dos trabalhos deverão garantir a funcionalidade na distribuição de atribuições entre conselheiros e servidores, fortalecendo o processo democrático, no que evitará qualquer procedimento que crie hierarquia de poder entre conselheiros ou permita medidas tecnocráticas no seu funcionamento; III - O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão; IV - O Conselho Municipal de Saúde contará com rubrica própria que contemple as necessidades de funcionamento, cabendo as suplementações necessárias serem feitas pelo Fundo Municipal de Saúde; V - O orçamento do Conselho Municipal de Saúde será gerenciado pelo próprio COMUS. **Capítulo VII Atribuições Dos Membros Do Conselho Seção I Do Presidente Art. 45** Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde - COMUS: I - Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho; II - Representar judicial e extrajudicialmente o Conselho Municipal de Saúde; III - representar o Conselho nas atividades de caráter permanente; IV - Convocar, presidir, coordenar e manter a boa ordem nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde - COMUS; V - Submeter a pauta da reunião elaborada à aprovação do Conselho; VI - Tomar parte nas discussões; VII - exercer o voto de desempate, no caso de persistência de empate, justificando o seu voto; VIII - baixar atos decorrentes de deliberações do Conselho Municipal de Saúde - COMUS; IX - Delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação do Conselho; X - Decidir sobre as questões de ordem; XI - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Secretaria Executiva; XII - decidir, ad referendum, acerca de assuntos emergenciais quando houver impossibilidade de consulta à Plenária; XIII - dar encaminhamento às denúncias recebidas no Conselho Municipal de Saúde -COMUS. Parágrafo Único. A questão de ordem é direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais, cabendo ao Presidente avaliar a pertinência de acatá-la ou não, ouvindo-se a Plenária, em caso de conflito com a proposta do requerente. **Seção II Do Vice-presidente Art. 46** Compete ao Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde - COMUS: I - Substituir o Presidente, interinamente, em seus impedimentos ou ausências; II - Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições; III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo conselho. **Seção III Do Primeiro Secretário E Segundo Secretário Art. 47** Compete ao Primeiro Secretário, e na ausência deste, ao Segundo Secretário: I - Revisar as atas registradas pela Secretaria-Executiva do Conselho Municipal de Saúde, anteriormente ao encaminhamento para Plenária; II - Inscrever os conselheiros e a comunidade que quiserem se manifestar nas reuniões do Conselho; III - substituir o Presidente e Vice-Presidente nas ausências e impedimentos destes; IV - Substituir as competências da Secretaria-Executiva na ausência desta. **Seção IV Dos Conselheiros Art. 48** São atribuições dos Conselheiros: I - Requerer decisão de matéria em regime de urgência, a qual será submetida à aprovação do Conselho; II - Votar os encaminhamentos apresentados pela Presidência, Comissões Temáticas e Secretaria Executiva; III - apresentar moções e proposições sobre assuntos de interesse da Política Nacional, Estadual e Municipal de Saúde; IV - Propor à Plenária a solicitação de esclarecimentos a serem prestados por pessoas físicas ou jurídicas, acerca de assuntos afetos à competência do Conselho Municipal de Saúde; V - Solicitar à Secretaria-Executiva as informações que julgar necessárias para o desempenho de suas funções; VI - Exercer outras atribuições que lhes sejam designadas pelo Presidente ou pelo Conselho, desde

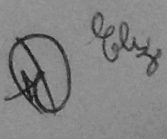
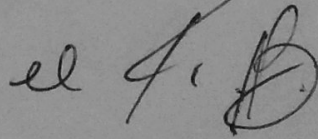
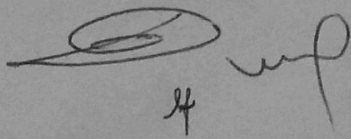
que, cabíveis dentro da legislação e seus desdobramentos. **Art. 49** São deveres dos Conselheiros:

I - Participar da Plenária e de Comissões para os quais forem designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão; II - Divulgar suas manifestações, quando representar o Conselho Municipal de Saúde em eventos, de acordo com os posicionamentos deliberados pelo Conselho, e apresentar o relatório escrito de sua participação, à Secretaria-Executiva; III - participar de eventos representando o Conselho, apenas quando devidamente autorizado pelo mesmo; IV - Relatar sua participação em eventos representando o Conselho Municipal de Saúde por meio de breves comunicados, de até 15 (quinze) minutos, ao Conselho durante a Plenária; V - Manter a Secretaria-Executiva informada sobre as alterações dos seus dados pessoais e cadastrais. Seção

V Dos Coordenadores Das Comissões **Art. 50** Aos Coordenadores das Comissões compete: I - Elaborar e divulgar aos demais integrantes a pauta das reuniões das Comissões Temáticas; II - Coordenar reuniões das Comissões; III - assinar as Atas das reuniões e das propostas, pareceres, memoriais, notas e recomendações elaboradas pela Comissão e relatá-las em Plenária; IV - Pleitear junto à Secretaria-Executiva os recursos necessários ao funcionamento técnico operacional da respectiva Comissão; V - Articular com os demais órgãos do Conselho Municipal de Saúde - COMUS, para tratar de assuntos correlatos à matéria de interesse de suas Comissões; Seção VI Da Secretaria Executiva **Art. 51** O Conselho Municipal de Saúde contará com uma

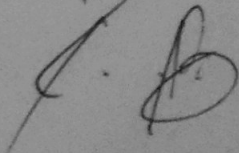
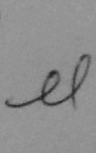
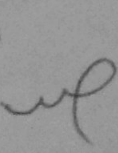
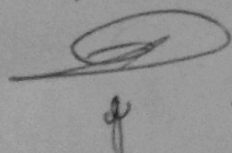
Secretaria-Executiva, diretamente subordinada à Presidência e ao Conselho, para conferir o suporte ao cumprimento de suas competências, são elas: I - Promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho; II - Dar suporte técnico-operacional para o Conselho Municipal de Saúde, com vistas a subsidiar as realizações das reuniões; III - dar suporte técnico-operacional às Comissões Temáticas; IV - Acompanhar as atividades de capacitação para os Conselhos Municipais da Saúde, em conformidade com as diretrizes definidas pelo Conselho; V - Dar cumprimento aos procedimentos aplicáveis de denúncias recebidas no Conselho; VI - Definir o perfil profissional do Secretário-Executivo. **Art. 52**

A Secretaria-Executiva dispõe de um Secretário-Executivo, com as seguintes atribuições: I - Coordenar, supervisionar, dirigir e estabelecer o plano de trabalho da Secretaria-Executiva; II - Propor à Presidência e ao Conselho a forma de organização e funcionamento da Secretaria Executiva; III - levantar e sistematizar as informações que permitam ao Conselho Municipal de Saúde tomar as decisões previstas em lei; IV - Coordenar as atividades técnico-administrativas de apoio ao Conselho Municipal de Saúde - COMUS; V - Assessorar a Mesa Diretora e as Coordenações das Comissões na articulação junto aos Conselhos Setoriais e outros órgãos que tratam das demais políticas públicas; VI - Assessorar a Presidência na preparação das pautas das reuniões; VII - expedir atos internos que regulem as atividades administrativas; VIII - secretariar no que lhe for pertinente, as reuniões da Plenária; IX - Promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Saúde - COMUS; X - Coordenar a sistematização do relatório anual do Conselho Municipal de Saúde; XI - elaborar relatório anual das atividades da Secretaria-Executiva; XII - assinar certidões sobre a situação dos processos que tramitaram no Conselho; XIII - assessorar o Conselho Municipal de Saúde na articulação diante dos órgãos de controle interno e externo. Parágrafo Único. A Secretaria-Executiva será constituída de servidor público municipal efetivo que possua as competências conforme descritas no inciso III do Art. 44, podendo a decisão da plenária do conselho ser sugerida lista tríplice de servidores, da qual, obrigatoriamente virá a indicação do Gestor Público. Capítulo VIII Das Comissões Temáticas. Seção I Da Natureza E Finalidades **Art. 53** As Comissões Temáticas podem ser permanentes ou temporárias. **Art. 54** As Comissões Temáticas permanentes, constituídas preferencialmente de



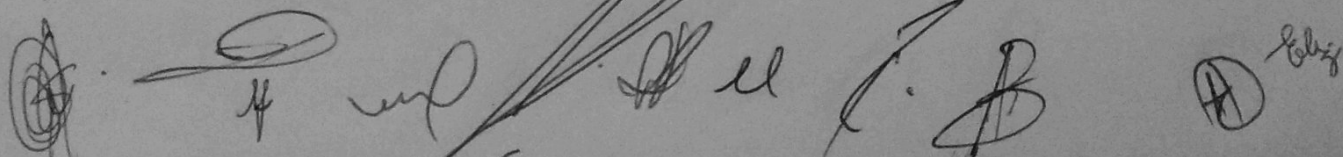
forma paritária, de natureza permanente, têm por finalidade subsidiar o Conselho no cumprimento de sua competência, ficando aberto a todos os conselheiros que queiram ter voz, e sua participação é permitida nas reuniões das Comissões. **Art. 55** As Comissões Temáticas Permanentes serão compostas, cada uma, por até 8 (oito) conselheiros, segundo suas afinidades com os temas das respectivas Comissões. **Art. 56** As reuniões das Comissões Temáticas Permanentes serão públicas, para participação na condição de ouvinte, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, na forma da legislação pertinente. **Parágrafo Único.** É possibilitado aos convidados, participar das reuniões das Comissões Temáticas, contudo, os convites ficam ao critério de cada Comissão. **Art. 57** O Conselho Municipal de Saúde - COMUS exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei 8.080/90, instalará outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias ou permanentes de acordo com os aspectos que concernem a cada Comissão. As comissões poderão contar com integrantes não conselheiros; I - Comissão de alimentação, nutrição, ciência e tecnologia; II - Comissão de saneamento, meio ambiente, vigilância sanitária e farmacoepidemiologia; III - Comissão de recursos humanos, ética, conduta, atenção ao profissional a saúde e saúde do trabalhador; IV - Comissão de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior; V - Comissão de Políticas e Promoção da Saúde, atenção básica e especializada. VI - Comissão de obras, Financiamento e Orçamento da Saúde; VII - Comissão Especial de Avaliação de Justificativas de Ausências; § 1º As Comissões Temáticas contarão com o apoio técnico e operacional da Secretaria-Executiva, por meio das respectivas Coordenações; § 2º Dependendo da demanda e do contexto, outras Comissões poderão ser criadas, mediante apreciação e aprovação do COMUS; **Art. 58** As Comissões Temáticas apresentarão relatos das discussões e os assuntos afetos à sua temática e das questões encaminhadas pela Presidência ou pela Plenária. **Art. 59** Cada Comissão Temática terá um Coordenador e um Coordenador Adjunto, escolhidos dentre os seus membros titulares. § 1º Os Coordenadores das Comissões Temáticas exercerão esta função por um período de um ano, permitida uma única recondução; § 2º Na ausência do Coordenador de Comissão Temática, o Coordenador adjunto assume as suas funções; § 3º Na ausência do Coordenador e respectivo adjunto, os conselheiros que compõem a Comissão Temática escolherão um de seus membros titulares para assumir as funções da coordenação naquela reunião. **Art. 60** As Comissões Temáticas instalar-se-ão e discutirão as matérias que lhes forem pertinentes, com a presença da maioria de seus membros no exercício da titularidade. § 1º O conselheiro, quando convocado, deverá confirmar a sua participação nas reuniões das Comissões Temáticas à Secretaria-Executiva com até dez dias de antecedência da reunião; § 2º Não havendo quorum, na forma do caput, no prazo estipulado no parágrafo anterior, a Secretaria-Executiva, com a anuência do respectivo Coordenador, cancelará a reunião da Comissão Temática. **Art. 61** O documento final do trabalho realizado pelas Comissões Temáticas será relatado na Plenária, para discussão e deliberação. Subseção I Das Atribuições Da Comissão De Alimentação, Nutrição, Ciência E Tecnologia **Art. 62** A Comissão de alimentação, nutrição, ciência e tecnologia, tem as seguintes atribuições: I - Deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS; II - Fiscalizar e acompanhar as questões alimentares da rede saúde pública de Balneário Camboriú, no tocante às internações hospitalares, UPA's e Pa's; III - fiscalizar e acompanhar as questões alimentares do programa Saúde na Escola; IV - Acompanhar os avanços tecnológicos existentes na área da saúde de modo a quando possível e pertinente, adequá-los ao

município. V - Acompanhar e fiscalizar a capacitação continuada dos servidores e contratados pelo município na área da saúde; VI - Trabalhar sempre que possível e pertinente, com a comissão de Integração de Serviços de Saúde e as instituições de ensino profissional e superior; VII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País; Subseção II Das Atribuições Da Comissão De Saneamento, Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Epidemiológica E Farmacoepidemiologia **Art. 63** A Comissão de saneamento, meio ambiente, vigilância sanitária, epidemiológica e farmacoepidemiologia tem as seguintes atribuições: I - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde relativos a saneamento, meio ambiente, vigilância sanitária, epidemiológica e farmacoepidemiologia e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente; II - Fiscalizar e acompanhar as questões de afetas a saneamento, meio ambiente, vigilância sanitária, epidemiológica e farmacoepidemiológica do município de Balneário Camboriú, solicitando quando necessários providências ao Poder Público; III - fiscalizar e acompanhar os programas desenvolvidos pela vigilância sanitária e epidemiológica no município de Balneário Camboriú, em especial, no tocante a doenças infectocontagiosas, e nas possíveis epidemias; IV - Acompanhar os relatórios anuais de doenças infectocontagiosas e relatórios epidemiológicos de modo a propor ações para o ano, no município de Balneário Camboriú; V - Acompanhar e fiscalizar a capacitação continuada dos servidores e contratados pelo município na área do saneamento, meio ambiente, vigilância, epidemiológica e farmacoepidemiologia; VI - Trabalhar sempre que possível e pertinente, com as demais comissões; Subseção III Das Atribuições Da Comissão De Recursos Humanos, Ética, Conduta, Atenção Ao Profissional A Saúde E Saúde Do Trabalhador **Art. 64** A Comissão de recursos humanos, ética, conduta, atenção ao profissional a saúde e saúde do trabalhador tem as seguintes atribuições: I - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente; II - Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias; III - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS; IV - Deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS; V - Fiscalizar e acompanhar a atuação do profissional, trabalhador da saúde, de modo que a saúde destes, esteja assegurada, estejam norteados pelos preceitos da ética, da humanização em saúde, e sejam cumpridos os princípios constitucionais do SUS; VI - Acompanhar as Comissões de Ética da AMFRI. Subseção IV Das Atribuições Da Comissão De Integração Entre Os Serviços De Saúde E As Instituições De Ensino Profissional E Superior **Art. 65** A Comissão de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior tem as seguintes atribuições: I - Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS); II - Fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS; III - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País; IV - Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de



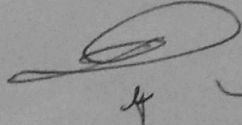
2014

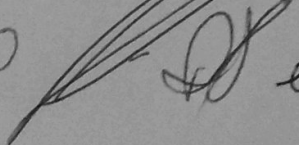
comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos; V - Estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições de ensino públicas e privadas para a promoção da Saúde; VI - Participar do processo de fortalecimento da integração entre ensino, serviço, gestão e comunidade; VII - apresentar as demandas dos usuários e dos profissionais de saúde que atuam no SUS, que atendam as necessidades sociais em saúde e o desenvolvimento regional/local; VIII - monitorar as condições de estruturação e reestruturação da rede de serviços para atender as demandas relativas a presença de estudantes e docentes, atentando-se para as condições de acessibilidade e práticas institucionais (instituições de ensino e serviços de saúde), que sejam promotoras de inclusão social; IX - Monitorar a transparência pública da contrapartida institucional, das instituições de ensino nos campos de práticas dos estudantes; X - Desenvolver ações de educação permanente para o exercício do controle social em saúde, que envolvam a participação de estudantes, docentes das instituições de ensino e preceptores dos serviços de saúde; XI - fomentar ações de reconhecimento da educação permanente integrada ao processo de trabalho dos serviços que recebem estudantes e docentes das instituições de ensino; Subseção V Das Atribuições Da Comissão De Políticas E Promoção Da Saúde, Atenção Básica E Especializada **Art. 66** A Comissão de Políticas e Promoção da Saúde, atenção básica e especializada tem as seguintes atribuições: I - Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde; II - Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS; III - acompanhar e controlar a atuação do setor privado, credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde; IV - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País; V - Acompanhar e fiscalizar os programas afetos a Atenção Básica e Especializada no Município de Balneário Camboriú; VI - Propor mecanismos de fomento a atenção básica na sua vertente preventiva; VII - acompanhar e fiscalizar a capacitação continuada dos servidores e contratados pelo no Município de Balneário Camboriú em relação a Saúde Básica e Especializada; VIII - acompanhar e fiscalizar efetivamente as empresas contratadas para atendimento de situação de vulneráveis buscando sempre que possível os conselhos afetos a estas populações; Subseção VI Das Atribuições Da Comissão De Obras, Financiamento E Orçamento Da Saúde **Art. 67** A Comissão de Obras, Financiamento e Orçamento da Saúde tem as seguintes atribuições: I - Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Saúde; II - Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Saúde; III - aprovar critérios da transferência de recursos para as entidades de Saúde; IV - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados; VI - apreciar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de Saúde, tanto os recursos próprios, do Município, quanto os recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde- FNS e do Fundo Estadual de Saúde - FES/SC e estabelecer estratégias de articulação junto a Secretaria Municipal responsável e ao Poder Legislativo, no sentido de manter ou ampliar a proposta orçamentária; VII - apreciar a cada quatro meses a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei no

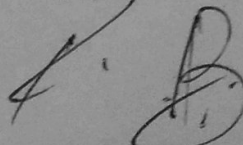


8.689/93 nos termos do art. 36, § 1º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 em conformidade com a resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e diretrizes do CONASEMS; VIII - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão; IX - Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros; X - Apreciar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde; XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes do Plano de Saúde; XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde; XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente; XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos; XV - Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município com base no que a lei disciplina; XVI - analisar, discutir e aprovar ou não o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento; XVII - acionar, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais. Subseção VII Comissão Especial De Avaliação De Justificativas De Ausências **Art. 68** A Comissão Especial de Avaliação de Justificativa de Ausências tem as seguintes atribuições: I - Avaliar e julgar as justificativas de ausência dos Conselheiros, no tocante à tempestividade e pertinência do motivo, mantendo o sigilo quando necessário, mediante justificativa ou decisão fundamentada; II - Apresentar para a plenária os relatórios nas reuniões subsequentes; III - indicar para a plenária, os Conselheiros e ou Instituições que extrapolaram o número permitido de faltas, assim que esta situação ocorra; IV - Comunicar via e-mail, às Entidades, em relação às faltas computadas dos seus Conselheiros. Parágrafo Único: Nos casos de discordância da plenária ou pedido de vistas, deverá ser marcada uma reunião para dirimir problemas em no máximo 7 (sete) dias; Capítulo IX Da Consulta E Das Cópias De Processos **Art. 69** As partes interessadas poderão conhecer a tramitação dos processos, assim como, a vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e acompanhar as decisões proferidas, mediante requerimento. § 1º Consideram-se partes interessadas aquelas envolvidas no processo. § 2º As partes interessadas poderão ser assistidas, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei. § 3º Os conselheiros são equiparados aos interessados do caput e a Secretaria-Executiva viabilizará a análise dos processos nas dependências do Conselho Municipal de Saúde - COMUS. § 4º As solicitações de consulta e cópia dos processos, pelas partes interessadas ou por seus procuradores, deverão ser apresentadas por escrito, mediante ressarcimento do material que for utilizado para produção das cópias. Capítulo X Da Publicidade **Art. 70** As reuniões do Conselho Municipal de Saúde – COMUS serão sempre que possível transmitidas ao vivo. § 1º Para cumprimento do caput deste artigo será disponibilizado pela Secretaria de Saúde e/ou Gestor equipamento e conexão para tal fim. § 2º A transmissão será feita nas redes sociais e/ou no site do COMUS quando este existir. Capítulo XI Disposições Gerais **Art. 71** Consideram-se colaboradoras do Conselho Municipal de Saúde as instituições e organizações governamentais ou













da sociedade civil, da Administração Pública ou privadas, prestadoras de serviços aos usuários da Saúde, bem como, os consultores e convidados. **Art. 72** Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no Conselho e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social. **Parágrafo Único.** Será emitido certificado a todos os conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e, ao término de sua participação na gestão do respectivo mandato, em reconhecimento ao seu relevante serviço público e social prestado. **Art. 73** A Secretaria de Saúde arcará com as diárias e passagens dos conselheiros quando estes forem convocados, nos termos deste Regimento. **Art. 74** O presente Regimento Interno poderá ser alterado parcial ou totalmente, por meio de proposta expressa de qualquer um dos membros do Conselho Municipal de Saúde, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros. **Art. 75** Qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente. **Art. 76** Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Conselho. Em nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião e eu, Francielly Vianna, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

*(Handwritten signatures and names)*

*Francielly Vianna*

*Henrique*

*Eliziane Wiggins*

*Natali Skel*

*Cláudio*

*Adriano*

*Art. 72*

*Art. 73*

*Art. 74*

*Art. 75*

*Art. 76*

*Art. 77*

*Art. 78*

*Art. 79*

*Art. 80*

*Art. 81*

*Art. 82*

*Art. 83*

*Art. 84*

*Art. 85*

*Art. 86*

*Art. 87*

*Art. 88*

*Art. 89*

*Art. 90*

*Art. 91*

*Art. 92*

*Art. 93*

*Art. 94*

*Art. 95*

*Art. 96*

*Art. 97*

*Art. 98*

*Art. 99*

*Art. 100*

*Art. 101*

*Art. 102*

*Art. 103*

*Art. 104*

*Art. 105*

*Art. 106*

*Art. 107*

*Art. 108*

*Art. 109*

*Art. 110*

*Art. 111*

*Art. 112*

*Art. 113*

*Art. 114*

*Art. 115*

*Art. 116*

*Art. 117*

*Art. 118*

*Art. 119*

*Art. 120*

*Art. 121*

*Art. 122*

*Art. 123*

*Art. 124*

*Art. 125*

*Art. 126*

*Art. 127*

*Art. 128*

*Art. 129*

*Art. 130*

*Art. 131*

*Art. 132*

*Art. 133*

*Art. 134*

*Art. 135*

*Art. 136*

*Art. 137*

*Art. 138*

*Art. 139*

*Art. 140*

*Art. 141*

*Art. 142*

*Art. 143*

*Art. 144*

*Art. 145*

*Art. 146*

*Art. 147*

*Art. 148*

*Art. 149*

*Art. 150*

*Art. 151*

*Art. 152*

*Art. 153*

*Art. 154*

*Art. 155*

*Art. 156*

*Art. 157*

*Art. 158*

*Art. 159*

*Art. 160*

*Art. 161*

*Art. 162*

*Art. 163*

*Art. 164*

*Art. 165*

*Art. 166*

*Art. 167*

*Art. 168*

*Art. 169*

*Art. 170*

*Art. 171*

*Art. 172*

*Art. 173*

*Art. 174*

*Art. 175*

*Art. 176*

*Art. 177*

*Art. 178*

*Art. 179*

*Art. 180*

*Art. 181*

*Art. 182*

*Art. 183*

*Art. 184*

*Art. 185*

*Art. 186*

*Art. 187*

*Art. 188*

*Art. 189*

*Art. 190*

*Art. 191*

*Art. 192*

*Art. 193*

*Art. 194*

*Art. 195*

*Art. 196*

*Art. 197*

*Art. 198*

*Art. 199*

*Art. 200*

*Art. 201*

*Art. 202*

*Art. 203*

*Art. 204*

*Art. 205*

*Art. 206*

*Art. 207*

*Art. 208*

*Art. 209*

*Art. 210*

*Art. 211*

*Art. 212*

*Art. 213*

*Art. 214*

*Art. 215*

*Art. 216*

*Art. 217*

*Art. 218*

*Art. 219*

*Art. 220*

*Art. 221*

*Art. 222*

*Art. 223*

*Art. 224*

*Art. 225*

*Art. 226*

*Art. 227*

*Art. 228*

*Art. 229*

*Art. 230*

*Art. 231*

*Art. 232*

*Art. 233*

*Art. 234*

*Art. 235*

*Art. 236*

*Art. 237*

*Art. 238*

*Art. 239*

*Art. 240*

*Art. 241*

*Art. 242*

*Art. 243*

*Art. 244*

*Art. 245*

*Art. 246*

*Art. 247*

*Art. 248*

*Art. 249*

*Art. 250*

*Art. 251*

*Art. 252*

*Art. 253*

*Art. 254*

*Art. 255*

*Art. 256*

*Art. 257*

*Art. 258*

*Art. 259*

*Art. 260*

*Art. 261*

*Art. 262*

*Art. 263*

*Art. 264*

*Art. 265*

*Art. 266*

*Art. 267*

*Art. 268*

*Art. 269*

*Art. 270*

*Art. 271*

*Art. 272*

*Art. 273*

*Art. 274*

*Art. 275*

*Art. 276*

*Art. 277*

*Art. 278*

*Art. 279*

*Art. 280*

*Art. 281*

*Art. 282*

*Art. 283*

*Art. 284*

*Art. 285*

*Art. 286*

*Art. 287*

*Art. 288*

*Art. 289*

*Art. 290*

*Art. 291*

*Art. 292*

*Art. 293*

*Art. 294*

*Art. 295*

*Art. 296*

*Art. 297*

*Art. 298*

*Art. 299*

*Art. 300*

*Art. 301*

*Art. 302*

*Art. 303*

*Art. 304*

*Art. 305*

*Art. 306*

*Art. 307*

*Art. 308*

*Art. 309*

*Art. 310*

*Art. 311*

*Art. 312*

*Art. 313*

*Art. 314*

*Art. 315*

*Art. 316*

*Art. 317*

*Art. 318*

*Art. 319*

*Art. 320*

*Art. 321*

*Art. 322*

*Art. 323*

*Art. 324*

*Art. 325*

*Art. 326*

*Art. 327*

*Art. 328*

*Art. 329*

*Art. 330*

*Art. 331*

*Art. 332*

*Art. 333*

*Art. 334*

*Art. 335*

*Art. 336*

*Art. 337*

*Art. 338*

*Art. 339*

*Art. 340*

*Art. 341*

*Art. 342*

*Art. 343*

*Art. 344*

*Art. 345*

*Art. 346*

*Art. 347*

*Art. 348*

*Art. 349*

*Art. 350*

*Art. 351*

*Art. 352*

*Art. 353*

*Art. 354*

*Art. 355*

*Art. 356*

*Art. 357*

*Art. 358*

*Art. 359*

*Art. 360*

*Art. 361*

*Art. 362*

*Art. 363*

*Art. 364*

*Art. 365*

*Art. 366*

*Art. 367*

*Art. 368*

*Art. 369*

*Art. 370*

*Art. 371*

*Art. 372*

*Art. 373*

*Art. 374*

*Art. 375*

*Art. 376*

*Art. 377*

*Art. 378*

*Art. 379*

*Art. 380*

*Art. 381*

*Art. 382*

*Art. 383*

*Art. 384*

*Art. 385*

*Art. 386*

*Art. 387*

*Art. 388*

*Art. 389*

*Art. 390*

*Art. 391*

*Art. 392*

*Art. 393*

*Art. 394*

*Art. 395*

*Art. 396*

*Art. 397*

*Art. 398*

*Art. 399*

*Art. 400*

*Art. 401*

*Art. 402*

*Art. 403*

*Art. 404*

*Art. 405*

*Art. 406*

*Art. 407*

*Art. 408*

*Art. 409*

*Art. 410*

*Art. 411*

*Art. 412*

*Art. 413*

*Art. 414*

*Art. 415*

*Art. 416*

*Art. 417*

*Art. 418*

*Art. 419*

*Art. 420*

*Art. 421*

*Art. 422*

*Art. 423*

*Art. 424*

*Art. 425*

*Art. 426*

*Art. 427*

*Art. 428*

*Art. 429*

*Art. 430*

*Art. 431*

*Art. 432*

*Art. 433*

*Art. 434*

*Art. 435*

*Art. 436*

*Art. 437*

*Art. 438*

*Art. 439*

*Art. 440*

*Art. 441*

*Art. 442*

*Art. 443*

*Art. 444*

*Art. 445*

*Art. 446*

*Art. 447*

*Art. 448*

*Art. 449*

*Art. 450*

*Art. 451*

*Art. 452*

*Art. 453*

*Art. 454*

*Art. 455*

*Art. 456*

*Art. 457*

*Art. 458*

*Art. 459*

*Art. 460*

*Art. 461*

*Art. 462*

*Art. 463*

*Art. 464*

*Art. 465*

*Art. 466*

*Art. 467*

*Art. 468*

*Art. 469*

*Art. 470*

*Art. 471*

*Art. 472*

*Art. 473*

*Art. 474*

*Art. 475*

*Art. 476*

*Art. 477*

*Art. 478*

*Art. 479*

*Art. 480*

*Art. 481*

*Art. 482*

*Art. 483*

*Art. 484*

*Art. 485*

*Art. 486*

*Art. 487*

*Art. 488*

*Art. 489*

*Art. 490*

*Art. 491*

*Art. 492*

*Art. 493*

*Art. 494*

*Art. 495*

*Art. 496*

*Art. 497*

*Art. 498*

*Art. 499*

*Art. 500*

*Art. 501*

*Art. 502*

*Art. 503*

*Art. 504*

*Art. 505*

*Art. 506*

*Art. 507*

*Art. 508*

*Art. 509*

*Art. 510*

*Art. 511*

*Art. 512*

*Art. 513*

*Art. 514*

*Art. 515*

*Art. 516*

*Art. 517*

*Art. 518*

*Art. 519*

*Art. 520*

*Art. 521*

*Art. 522*

*Art. 523*

*Art. 524*

*Art. 525*

*Art. 526*

*Art. 527*

*Art. 528*

*Art. 529*

*Art. 530*

*Art. 531*

*Art. 532*

*Art. 533*

*Art. 534*

*Art. 535*

*Art. 536*

*Art. 537*

*Art. 538*

*Art. 539*

*Art. 540*

*Art. 541*

*Art. 542*

*Art. 543*

*Art. 544*

*Art. 545*

*Art. 546*

*Art. 547*

*Art. 548*

*Art. 549*

*Art. 550*

*Art. 551*

*Art. 552*

*Art. 553*

*Art. 554*

*Art. 555*

*Art. 556*

*Art. 557*

*Art. 558*

*Art. 559*

*Art. 560*

*Art. 561*

*Art. 562*

*Art. 563*

*Art. 564*

*Art. 565*

*Art. 566*

*Art. 567*

*Art. 568*

*Art. 569*

*Art. 570*

*Art. 571*

*Art. 572*

*Art. 573*

*Art. 574*

*Art. 575*

*Art. 576*

*Art. 577*

*Art. 578*

*Art. 579*

*Art. 580*

*Art. 581*

*Art. 582*

*Art. 583*

*Art. 584*

*Art. 585*

*Art. 586*

*Art. 587*

*Art. 588*

*Art. 589*

*Art. 590*

*Art. 591*

*Art. 592*

*Art. 593*

*Art. 594*

*Art. 595*

*Art. 596*

*Art. 597*

*Art. 598*

*Art. 599*

*Art. 600*

*Art. 601*

*Art. 602*

*Art. 603*

*Art. 604*

*Art. 605*

*Art. 606*

*Art. 607*

*Art. 608*

*Art. 609*

*Art. 610*

*Art. 611*

*Art. 612*

*Art. 613*

*Art. 614*

*Art. 615*

*Art. 616*

*Art. 617*

*Art. 618*

*Art. 619*

*Art. 620*

*Art. 621*

*Art. 622*

*Art. 623*

*Art. 624*

*Art. 625*

*Art. 626*

*Art. 627*

*Art. 628*

*Art. 629*

*Art. 630*

*Art. 631*

*Art. 632*

*Art. 633*

*Art. 634*

*Art. 635*

*Art. 636*

*Art. 637*

*Art. 638*

*Art. 639*

*Art. 640*

*Art. 641*

*Art. 642*

*Art. 643*

*Art. 644*

*Art. 645*

*Art. 646*

*Art. 647*

*Art. 648*

*Art. 649*

*Art. 650*

*Art. 651*

*Art. 652*

*Art. 653*

*Art. 654*

*Art. 655*

*Art. 656*

*Art. 657*

*Art. 658*

*Art. 659*

*Art. 660*

*Art. 661*

*Art. 662*

*Art. 663*

*Art. 664*

*Art. 665*

*Art. 666*

*Art. 667*

*Art. 668*

*Art. 669*

*Art. 670*

*Art. 671*

*Art. 672*

*Art. 673*

*Art. 674*

*Art. 675*

*Art. 676*

*Art. 677*

*Art. 678*

*Art. 679*

*Art. 680*

*Art. 681*

*Art. 682*

*Art. 683*

*Art. 684*

*Art. 685*

*Art. 686*

*Art. 687*

*Art. 688*

*Art. 689*

*Art. 690*

*Art. 691*

*Art. 692*

*Art. 693*

*Art. 694*

*Art. 695*

*Art. 696*

*Art. 697*

*Art. 698*

*Art. 699*

*Art. 700*

*Art. 701*

*Art. 702*

*Art. 703*

*Art. 704*

*Art. 705*

*Art. 706*

*Art. 707*

*Art. 708*

*Art. 709*

*Art. 710*

*Art. 711*

*Art. 712*

*Art. 713*

*Art. 714*

*Art. 715*

*Art. 716*

*Art. 717*

*Art. 718*

*Art. 719*

*Art. 720*

*Art. 721*

*Art. 722*

*Art. 723*

*Art. 724*

*Art. 725*

*Art. 726*

*Art. 727*

*Art. 728*

*Art. 729*

*Art. 730*

*Art. 731*

*Art. 732*

*Art. 733*

*Art. 734*

*Art. 735*

*Art. 736*

*Art. 737*

*Art. 738*

*Art. 739*

*Art. 740*

*Art. 741*

*Art. 742*

*Art. 743*

*Art. 744*

*Art. 745*

*Art. 746*

*Art. 747*

*Art. 748*

*Art. 749*

*Art. 750*

*Art. 751*

*Art. 752*

*Art. 753*

*Art. 754*

*Art. 755*

*Art. 756*

*Art. 757*

*Art. 758*

*Art. 759*

*Art. 760*

*Art. 761*

*Art. 762*

*Art. 763*

*Art. 764*

*Art. 765*

*Art. 766*

*Art. 767*

*Art. 768*

*Art. 769*

*Art. 770*

*Art. 771*

*Art. 772*

*Art. 773*

*Art. 774*

*Art. 775*

*Art. 776*

*Art. 777*

*Art. 778*

*Art. 779*

*Art. 780*

*Art. 781*

*Art. 782*

*Art. 783*

*Art. 784*

*Art. 785*

*Art. 786*

*Art. 787*

*Art. 788*

*Art. 789*

*Art. 790*

*Art. 791*

*Art. 792*

*Art. 793*

*Art. 794*

*Art. 795*

*Art. 796*

*Art. 797*

*Art. 798*

*Art. 799*

*Art. 800*

*Art. 801*

*Art. 802*

*Art. 803*

*Art. 804*

*Art. 805*

*Art. 806*

*Art. 807*

*Art. 808*

*Art. 809*

*Art. 810*

*Art. 811*

*Art. 812*

*Art. 813*

*Art. 814*

*Art. 815*

*Art. 816*

*Art. 817*

*Art. 818*

*Art. 819*

*Art. 820*

*Art. 821*

*Art. 822*

*Art. 823*

*Art. 824*

*Art. 825*

*Art. 826*

*Art. 827*

*Art. 828*

*Art. 829*

*Art. 830*

*Art. 831*

*Art. 832*

*Art. 833*

*Art. 834*

*Art. 835*

*Art. 836*

*Art. 837*

*Art. 838*

*Art. 839*

*Art. 840*

*Art. 841*

*Art. 842*

*Art. 843*

*Art. 844*

*Art. 845*

*Art. 846*

<